

POLÍTICA ECONÔMICA

Sarney maquia número da dívida externa

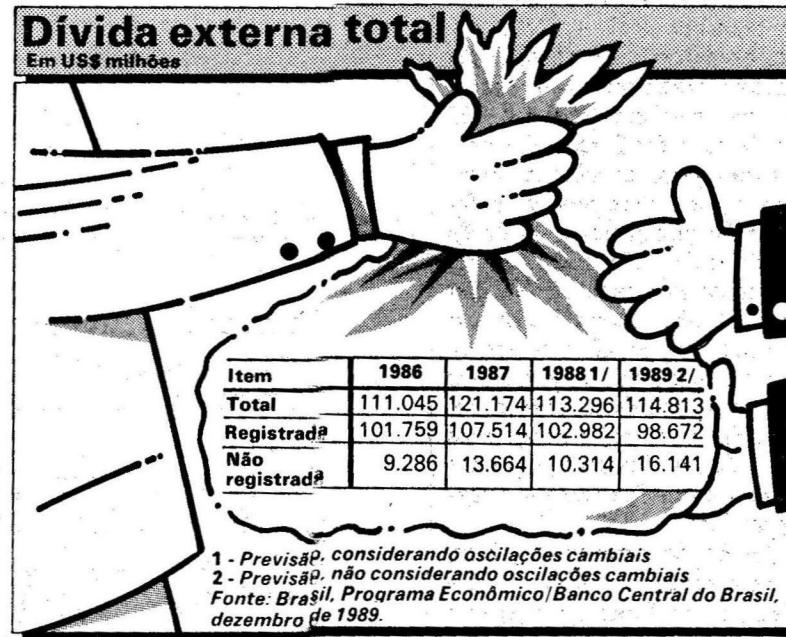
Para mostrar que seu governo reduziu a dívida, o presidente comparou o incomparável

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — O presidente José Sarney insistiu no erro, ao afirmar na quinta-feira, na última reunião ministerial de seu governo, que a dívida externa brasileira caiu de US\$ 123 bilhões para US\$ 99 bilhões, os mesmos números que passou ao presidente eleito, Fernando Collor, no encontro que tiveram há dez dias.

O erro de Sarney pode ser comprovado no último documento oficial sobre as contas brasileiras publicado pelo Banco Central, o "Programa Econômico" de dezembro de 89. Lá, na página 89 a tabela "4.18 — Dívida Externa Total", mostra que o presidente Sarney comparou dados incomparáveis.

Os US\$ 123 bilhões citados pelo presidente representam a dívida externa total no final de 87, enquanto os US\$ 99 bilhões de débito que ele entregaria a seu sucessor incluem apenas a dívida registrada — equivalente aos créditos de médio e longo prazos — e deixou de fora a dívida não registrada — créditos de curto prazo e pagamentos atrasados — que somava US\$ 16 bilhões em



31 de dezembro de 89, segundo o BC.

Se forem comparadas as quantidades equivalentes, os números mudam. A dívida total caiu na verdade, de US\$ 123 para US\$ 114,8 bilhões, enquanto a dívida não registrada chegou aos US\$ 99 bilhões em 89 a partir de um nível bem maior US\$ 107 bilhões em 87. Outros números do Banco Central mostram ainda que a dívida externa brasileira cresceu, se for considerado todo o período de governo de Sarney. Em dezembro de 84, três meses antes de sua posse, a dívida total do país era de US\$ 102 bilhões.

REDUÇÃO

Mas com toda a confusão

realizamos operações de redução de US\$ 5,7 bilhões, de 1º de janeiro para cá", diz o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral.

As operações mais interessantes, por seu potencial e novidade, são as de recompra de papéis brasileiros no mercado secundário — o mercado formado por títulos vendidos, com deságio, pelos credores originais do País, interessados em se livrar dos créditos brasileiros. Entre outras, a Companhia Vale do Rio Doce, o Banco Itaú, a Bayer e o grupo Susa (Lojas Sears) conseguiram autorização do ministério para realizar operações desse tipo.

Nelas, a empresa interessada entrega os papéis comprados no mercado secundário ao Banco Central, que pode então abater da dívida brasileira seu valor de face. A empresa consegue recursos para investimentos, e o deságio, na maioria dos casos, é apropriado pelo BC. O governo já autorizou operações de compra no valor total de US\$ 2,5 bilhões, dos quais foram concluídas 19, no valor de US\$ 1,8 bilhão. Somadas às outras formas de redução da dívida em curso, como a conversão informal de dívida em investimentos, o resultado são os US\$ 5,7 bilhões de operações autorizadas, dos quais cerca de US\$ 4,7 bilhões já liquidados.